

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO AMBIENTAL								
DOCENTE	RÔMULO SILVEIRA DA ROCHA SAMPAIO								
CÓDIGO	GRDDIR022	SEMESTRE	2023.2	PERÍODO	4º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	O surgimento e a autonomia do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Competências constitucionais em matéria ambiental: legislativa, administrativa e jurisdicional. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico e Padrões de Qualidade Ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Responsabilidades Ambientais. Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Lei Florestal.								
OBJETIVOS	<p>Revisar conceitos inerentes aos direitos e interesses difusos e coletivos de especial relevância para a compreensão da tutela do bem ambiental;</p> <p>Reforçar a autonomia científica e didática do Direito Ambiental;</p> <p>Apresentar os princípios informadores e norteadores do direito ambiental brasileiro;</p> <p>Identificar o Direito Ambiental na constituição e o sistema de competências administrativas e legislativas em matéria ambiental;</p> <p>Trabalhar conceitualmente o Sistema e Política Nacional do Meio Ambiente, bem como identificar seus principais instrumentos;</p> <p>Apresentar a noção de dano ambiental e a avaliação de impacto ambiental como instrumento preventivo da ocorrência do dano ambiental;</p> <p>Reconhecer as principais questões relativas ao sistema de licenciamento ambiental;</p> <p>Identificar os diferentes aspectos das responsabilidades administrativa, civil e criminal em matéria ambiental.</p> <p>Apresentar as principais noções sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Lei Florestal.</p>								
METODOLOGIA	Adota-se a metodologia participativa na qual as aulas ministradas visam possibilitar a participação ativa dos alunos não somente na construção e apreensão de conceitos trabalhados ao longo do curso, mas também na aplicação destes conceitos às suas atividades práticas. A dinâmica em sala de aula inclui debate dos textos, análise e resolução de casos concretos e atividades em grupo.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.								
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.								
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
X	Outras: Desenvolver a análise crítica dos alunos, bem como a capacidade de argumentação em relação a temas do Direito Ambiental.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Panorama Geral do Direito Ambiental. Evolução histórica. Formação do direito internacional ambiental e o reflexo na formação do direito ambiental brasileiro. Autonomia científica e didática. Fontes do Direito Ambiental. Desafios e obstáculos da regulação ambiental.								
2	Princípios do direito ambiental. Direito à sadia qualidade de vida. Direito ao acesso equitativo aos recursos naturais. Usuário-pagador e poluidor-pagador. Prevenção e reparação. Informação e participação. Obrigatoriedade da intervenção do Poder Público.								
3	Direito Constitucional Ambiental. Noção de direito ao meio ambiente individualizado (subjeto) e coletivo. Ação popular e ação civil pública. Deveres do Poder Público e Coletividade (paralelo com a <i>Public Trust Doctrine</i>). Noção de patrimônio nacional. Demais tópicos específicos em matéria de proteção do meio ambiente na CF/88.								

4	Competências constitucionais em matéria ambiental. Competência ambiental administrativa e Poder de Polícia. Competência ambiental legislativa.
5	Sistema e Política Nacional do Meio Ambiente & Quadro institucional do SISNAMA. Competências dos órgãos integrantes do SISNAMA. Principais conceitos jurídicos, princípios e objetivos da PNMA. Panorama geral dos instrumentos da PNMA – art. 9º da Lei 6.938/81.
6	Sistema e Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico. Padrões de Qualidade Ambiental.
7	Dano Ambiental & Avaliação de Impacto Ambiental. Conceito e aspectos jurídicos do dano ambiental. Principais aspectos jurídicos da Avaliação de Impacto Ambiental. Tipos de Avaliação de Impacto Ambiental. Exigência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.
8	Sistema Nacional de Licenciamento Ambiental. Sistema trifásico de licenciamento ambiental (licença prévia, de instalação e de operação). Hipóteses de previsão do licenciamento ambiental. Competência para execução do licenciamento ambiental. As etapas do procedimento de licenciamento ambiental.
9	Responsabilidades ambientais. Responsabilidade administrativa. Responsabilidade civil. Responsabilidade criminal.
9	Tutela Jurídica das Florestas e Áreas Protegidas. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Áreas Protegidas pelo Código Florestal. Compensação florestal.
10	Tutela Jurídica das Florestas e Áreas Protegidas Áreas Protegidas pelo Código Florestal.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	O aluno será avaliado a partir de duas provas escritas, discursiva e individual, com consulta à legislação não comentada, na qual serão abordadas questões discutidas em sala de aula cuja nota poderá atingir o conceito 10.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2020/2021. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020. MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BENJAMIN, Herman. Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007. BIM, Eduardo Fortunato. Licenciamento Ambiental. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. LEITE, José Rubens Morato. AYALA, Patrick de Araújo. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo. 33. Ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha. Direito Ambiental: Doutrina e Casos Práticos. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.